

INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

- Desenvolvimento rural sustentável
- Atores e desenvolvimento rural
- Abordagem territorial do Desenvolvimento Rural
- Os agricultores, suas organizações e a ação política no meio rural





O CONTEXTO DO
DESENVOLVIMENTO
RURAL BRASILEIRO:

DESENVOLVIMENTO RURAL:

- Por muito tempo desenvolvimento rural foi associado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais destinadas a intervenções nas regiões rurais pobres que não conseguiam se integrar ao processo de modernização agrícola via substituição de fatores de produção considerados atrasados (Navarro, 2001).



DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL:

- Esta foi a tônica da intervenção no meio rural do Brasil e de outros países na América Latina no período conhecido pela vigência da ideologia da “revolução verde”, que preconizava ações de intervenção dirigidas e orientadas, geralmente de caráter compensatório, que eram vistas como a solução para os agricultores que não conseguiam se modernizar tecnologicamente nem integrar-se ao conjunto da economia através da indústria, comércio e serviços.
- No Brasil, as políticas de “desenvolvimento rural integrado” (PDRI) eram apontadas como a solução viável para as regiões atrasadas, sendo exemplos eloquentes as ações de colonização e assentamento humano na Amazônia e as frentes de trabalho de combate a seca no Nordeste.



DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL:

- Esta forte identificação do desenvolvimento rural com a agenda das ações de intervenção do Estado ou das agencias de desenvolvimento, acabou afastando muitos pesquisadores e estudiosos deste tema, por considera-lo excessivamente politico e normativo.
- Até a década de 90 desenvolvimento rural = intervenção do estado.
- Somente a partir da década de 1990, uma mudança de enfoque e de entendimento sobre o desenvolvimento rural passou a ganhar espaço no Brasil, revitalizando o tema e gerando novas abordagens.



Sergio Schneider, 2010.

Desenvolvimento Rural no Brasil

Importante mudança no foco e na compreensão do desenvolvimento no Brasil:

Não é visto como sendo somente ajuda social ou políticas a favor dos pobres;

Busca dar aos atores sociais locais um papel ativo no planejamento, implementação e avaliação de políticas;

Valoriza a sustentabilidade - promover uma agricultura alternativa à RV.

DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL:

- Esta retomada foi fortemente influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas.
- Foram estas mudanças gerais que influenciaram as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para:
 - a reforma agrária,
 - o crédito para agricultura familiar,
 - o apoio aos territórios rurais,
 - o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros.



Sergio Schneider, 2010.

DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL:

- ANOS 80 e 90:
 - A crise econômica dos anos 80;
 - Dívida externa com o FMI;
 - Inflação;
 - Baixo crescimento da economia;
 - Crescente insatisfação e frustração popular;
 - Estabilização da economia no anos 90;
 - Emergência de propostas inovadoras de mudança social;
 - Começa a vigor as regulamentações estabelecidas pela nova constituição de 1988;
 - Mudanças da própria sociedade civil brasileira;
 - Movimentos e das organizações sociais;
 - Organizações da sociedade civil ganharam diversidade e espessura, podendo-se citar como exemplos as organizações não-governamentais (ONGs), as associações, as cooperativas e sindicatos.
 - Incorporação da noção de sustentabilidade e meio ambiente - ONU.



Desenvolvimento Rural no Brasil

Não pode ser compreendido como meramente a ação e intervenção do Estado e organizações internacionais para aliviar a pobreza e impulsionar a modernização;



De 1970 a 1990 - exclusivo papel do Estado



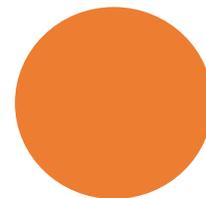
Anos 1980 - crise !!



1990 em diante - nova forma de interação entre Estado e Sociedade

DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL:

- Quais foram, então, os fatores decisivos que contribuíram para que as discussões atuais em torno do amplo tema do desenvolvimento rural fossem despertadas e ganhassem projeção, escala e, sobretudo, legitimidade?



Sergio Schneider, 2010.

1 - Agricultura familiar:

- O primeiro, e talvez o mais importante, fator a ser destacado está relacionado com a trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira.
- Recomposição do movimento sindical dos trabalhadores e agricultores rurais na década de 1990.

1 - Agricultura familiar:

- As lutas por crédito, por melhoria de preços, por formas de comercialização diferenciadas, pela implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, por proteção contra a desregulamentação e a abertura comercial indiscriminada (promovida no âmbito dos acordos do Mercosul), fizeram a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) aliar-se a outros movimentos emergentes, como o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), ligado a CUT, que havia sido criado em 1988.
- Daí emergiram formas de mobilização e lutas que produziram grande impacto político, tais como as Jornadas Nacionais de Luta, logo a seguir transformadas no Grito da Terra Brasil, movimento anual que persiste até hoje



1 - Agricultura Familiar:

- Além disso, deve-se considerar que o início da década de 1990 foi um período particularmente fértil e estimulante em que apareceram vários estudos, livros e pesquisas que produziram um deslocamento teórico e interpretativo em relação à agricultura familiar.
- Estes trabalhos desembocaram na apresentação de uma nova tipologia dos estabelecimentos rurais brasileiros que, embora não fosse inédita, ganhou enorme projeção devido à sua vinculação ao projeto FAO/INCRA (1994).

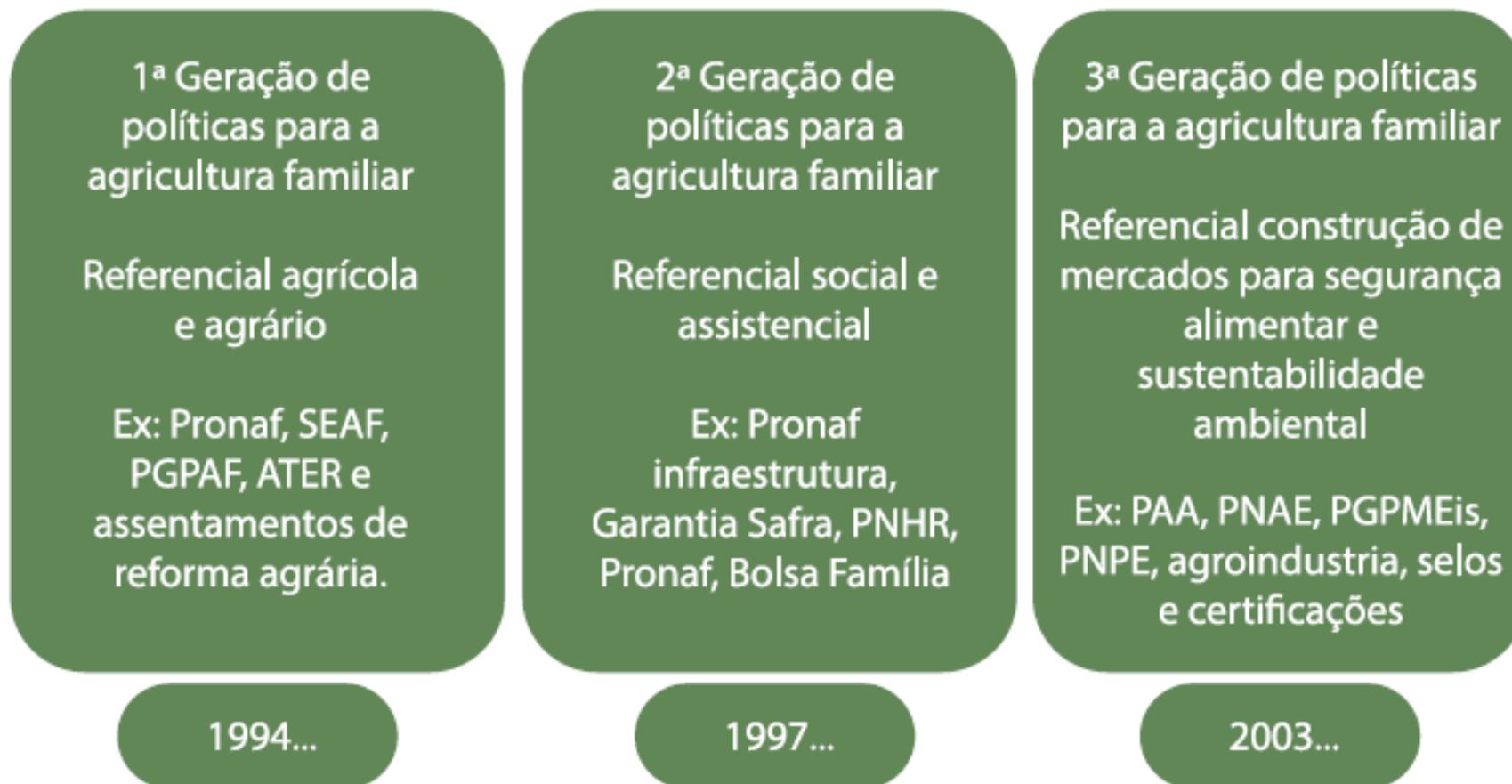
1 - Agricultura Familiar:

- Este estudo foi fundamental por ter classificado os estabelecimentos rurais brasileiros segundo a forma de uso do trabalho (familiar versus contratado ou assalariado), ter sugerindo uma tipologia que separava a agricultura familiar da patronal e por ter apresentado um conjunto de sugestões de políticas agrícolas e fundiárias específicas destinadas a cada categoria.
- Com base neste trabalho, outros estudos viriam a ser desenvolvidos com o objetivo de mensurar o tamanho e o papel da agricultura familiar no Brasil, baseados no Censo Agropecuário de 1995/96 (Guazioli et al., 2001).
- Estes estudos acabaram sendo importantes referências para ação do Estado e na formulação de políticas públicas para agricultura familiar e o desenvolvimento rural, tais como o PRONAF.

DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL:

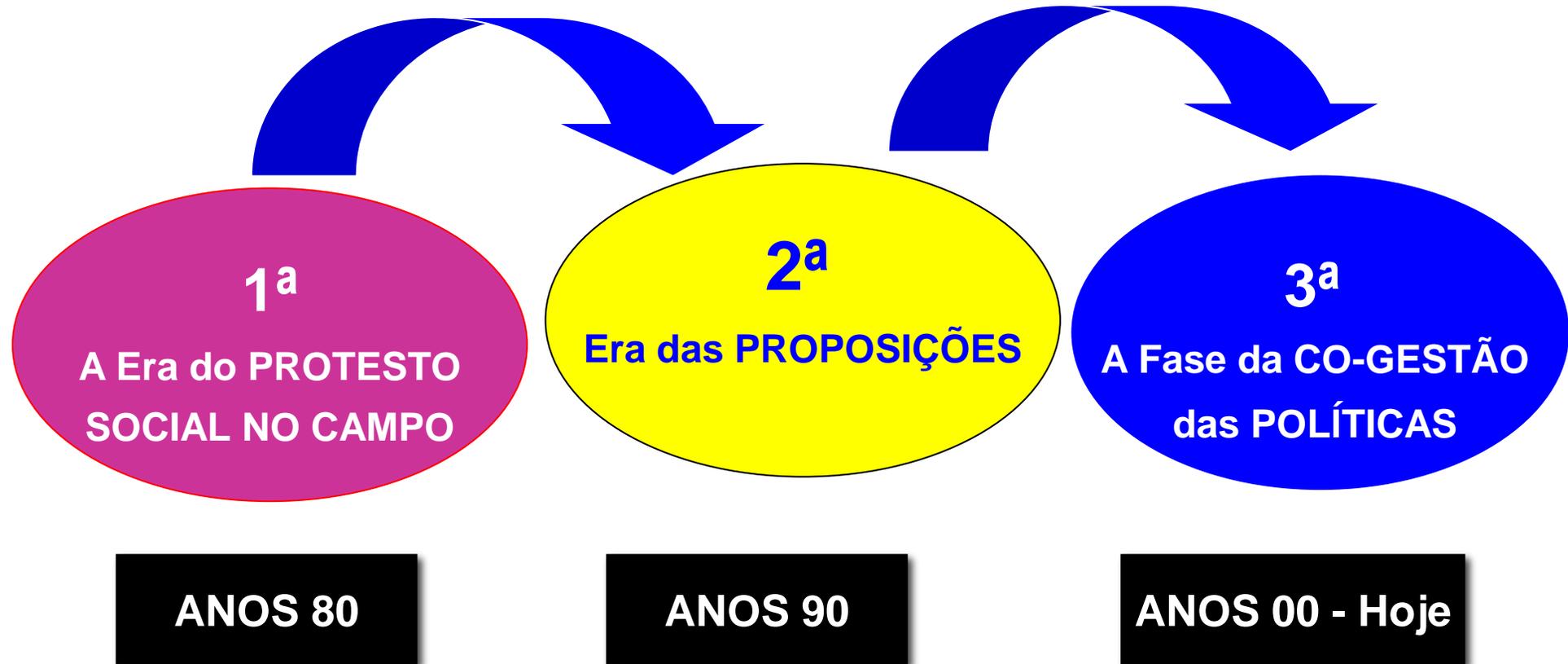
1. **Agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira;**
 - crédito, por melhoria de preços, por formas de comercialização diferenciadas, pela implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, por proteção contra a desregulamentação e a abertura comercial indiscriminada;
 - Estudos sobre a agricultura familiar, fomentaram a criação de políticas públicas para a agricultura familiar.
2. **Influência e ação do Estado no meio rural:**
 - Políticas para a agricultura familiar, relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, crédito rural, apoio as populações tradicionais (quilombolas e ribeirinhos) e ações de desenvolvimento territorial...
 - Políticas de crédito e ambientais.
3. **Mudanças no âmbito político e ideológico;**
4. **Sustentabilidade ambiental.**

Representação das três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar.

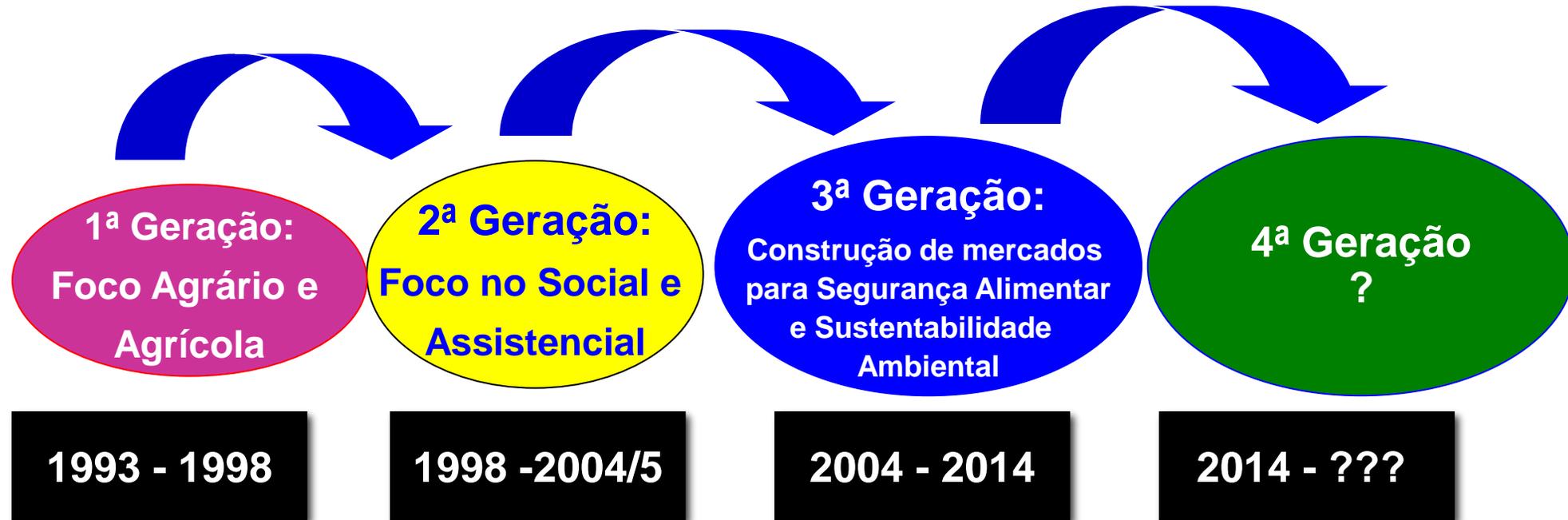


Fonte: Adaptado de Grisa e Schneider (2015).

Padrões de Interação

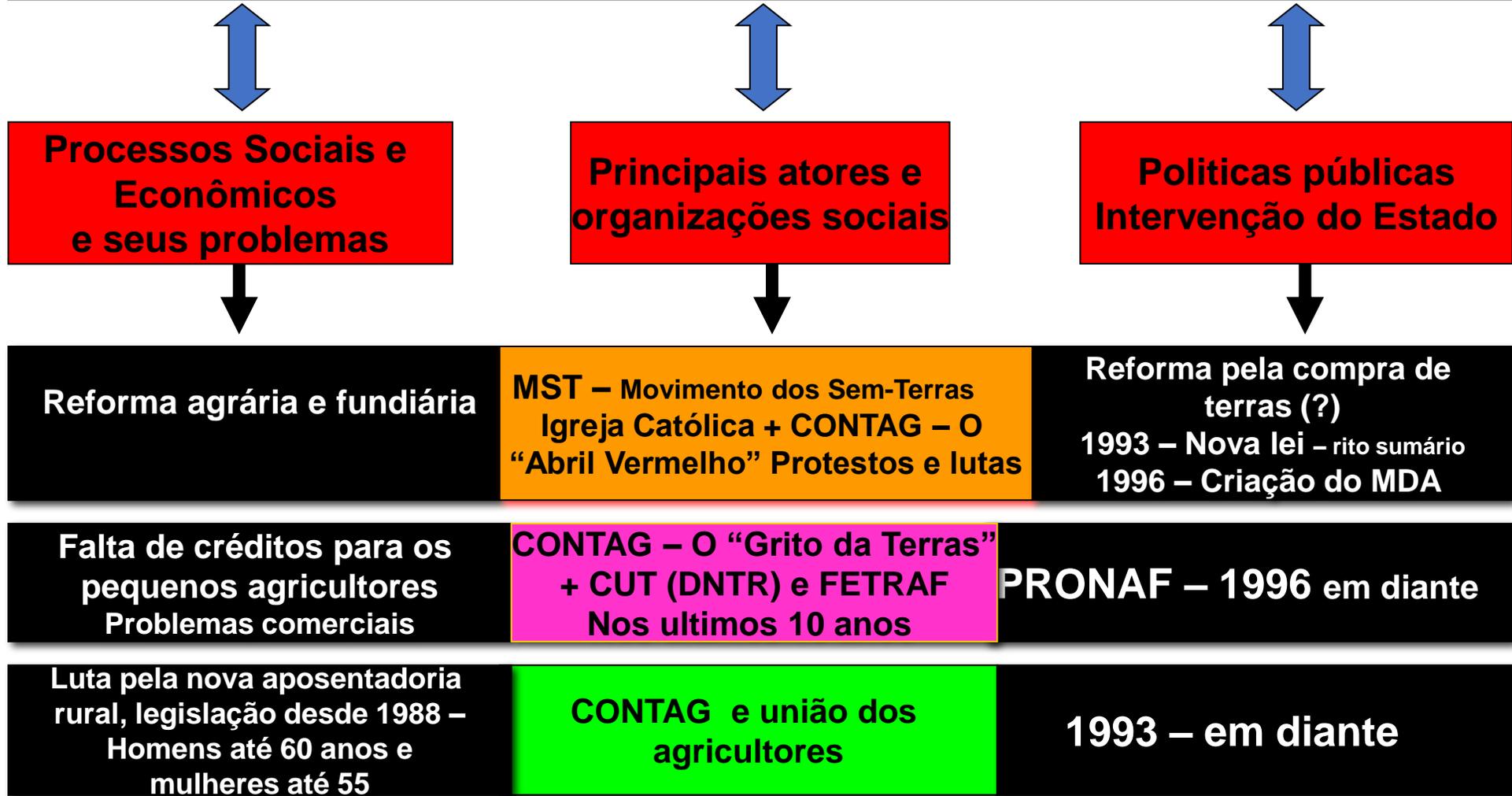


Três Gerações de Políticas no Rural Brasileiro *e a centralidade da agricultura familiar*



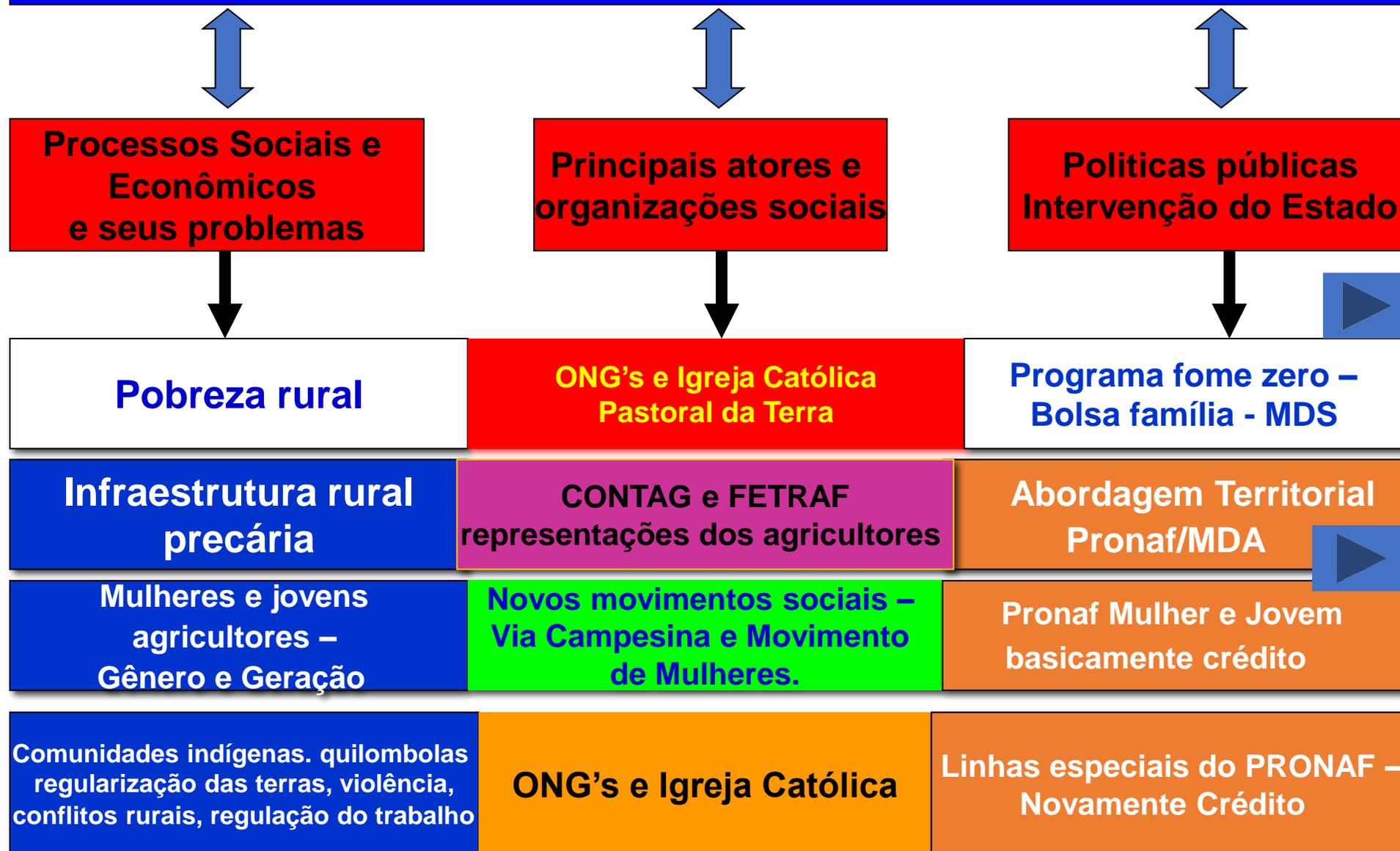
1ª Geração:

Políticas agrícolas e agrárias 1993 – 1998



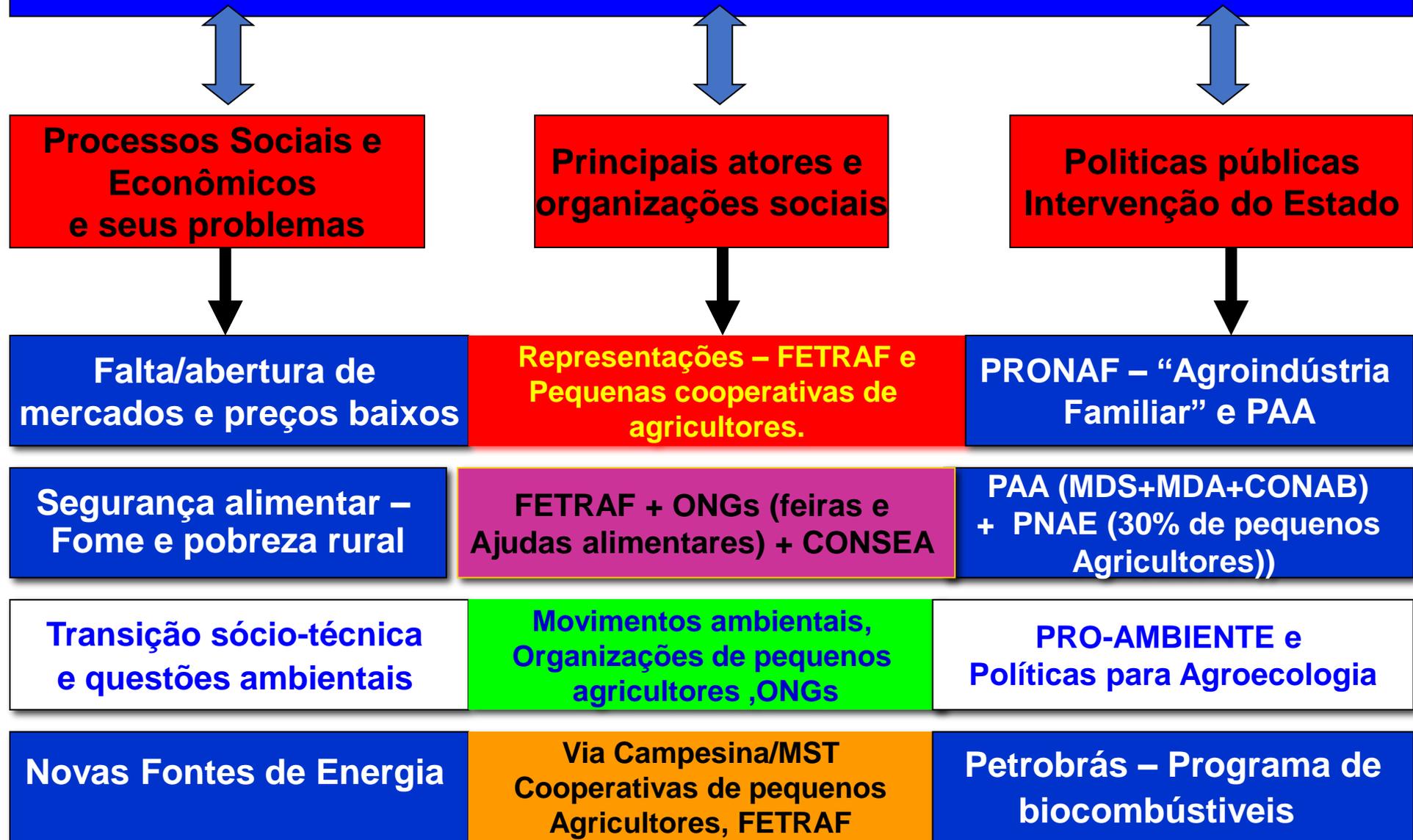
2ª Geração:

Políticas sociais – políticas afirmativas e compensatórias
1998 – 2004/5



3ª Geração: 2004/5 - Hoje

Construção de mercados
para segurança alimentar e desenvolvimento sustentável



Três gerações de Políticas de DR no Brasil

- ① **1ª Geração (1993 a 1998)** - forte foco nos assuntos agrários (papel do MST, Pastoral da Terra), criação do PRONAF e aposentadoria rural;
- ② **2ª Geração (1998 a 2005)** - criação e implementação de políticas compensatórias (reforma agrária, crédito para AF, transferência de renda, bolsa-família, vale-gás, bolsa-escola);
- ③ **3ª Geração (a partir de 2005)** - programas e iniciativas completamente novos (redefinidos), com novos desenhos, objetivos e estruturas institucionais - programas que envolvem a pequena e média produção (agroindústrias), obtenção de alimentos PNAE, PAA, pagamento de serviços ambientais, PNPB - Programa para produção e uso de biocombustíveis, políticas de desenvolvimento territorial.

Três gerações de Políticas de DR no Brasil

Características comuns nas três gerações:

- ① Iniciativas em que o Estado é ativamente envolvido na construção de novos mecanismos para o acesso ao mercado e/ou delineamento de novos mercados;
- ② Mercados institucionais para pequenos agricultores;
- ③ Mercados emergindo pelas inovações tecnológicas

DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL:

- Como os formuladores das políticas elaboram sua agenda?
- De onde advém a inspiração do Estado e como são formulados os programas e as propostas que acabam influenciando e conduzindo as discussões sobre o desenvolvimento rural?



Sergio Schneider, 2010.

DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL:

- Existem duas possibilidades de resposta para esta indagação:
 1. Por um lado, a agenda do Estado pode refletir a **demanda social** e, portanto, ser fruto da pressão dos movimentos, atores, instituições e organizações do meio rural, que apresentam suas reivindicações e problemas e colocam-se na expectativa de que a tecnocracia estatal venha a apresentar propostas e soluções aos mesmos.
 2. A outra possibilidade é de que a agenda do debate e os temas do desenvolvimento rural sejam elaborados *ex ante*, **por estudiosos, pesquisadores e acadêmicos** assim como mediadores e/ou organizações que sobrevivem da elaboração de projetos e de sua interface com o Estado.





Muito
obrigada!!!